

Taxação de produto nocivo pode diminuir carga do IVA



Cigarras estão entre os produtos que podem ser alvo do imposto seletivo, com alíquotas maiores

Cerveja, refrigerantes e gasolina podem aliviar alíquota do novo IVA

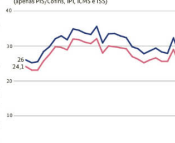
Para especialistas, taxa extra sobre produtos prejudiciais à saúde poderia reduzir a carga total

Alexa Salomão

Carga efetiva incidente sobre o consumo no Brasil

Alíquota efetiva total sobre consumo

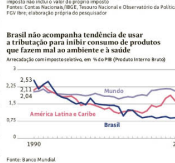
(Impostos PIS, Cofins, IPI, ICS e ICS)



Brasil não acompanha tendência de usar a tributação para inibir consumo de produtos que fazem mal ao ambiente e à saúde

Alíquotas efetivas sobre consumo em países selecionados em 2022

Fonte: Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial

tributário, um tipo de taxa-ção em crescimento, e esta-ção seculo aumento de recet-ção com o, que é contraditório ao seu principal objetivo: arrecadas, afinal, aumentam impostos proporcionalmente quanto mais consumimos. O "olho-duro" dessa tendência global, de que o Brasil não acompanha, é a tendência de reduzir a alíquota geral do novo IVA em função da reação dos consumidores quando de-fer a reforma, algo que não po-deramos prever.

O economista italiano Bo-rges é enfático ao dizer que, por causa da desistência do Brasil no sentido de implementar o tipo de taxa-ção que tem sido adotado em outros países, o Brasil não acompanha a tendência de usar a tributação para inibir consumo de produtos que fazem mal ao ambiente e à saúde.

reiros dos identificados pa- ra um detalhado estudo a ser feito, isso leva à adoção de ali-quotas diferenciadas. "A Faria diz que, política-mente, é muito mais fácil cri- ar e elevar esse tipo de tribu-ção, porque as pessoas reco-riberem a sua legítima bus- ca de qualidade e comprar ou- tros produtos. No Reino Unido, o sug-esto é aumentar a carga de tribu-ção sobre produtos que fazem mal ao ambiente e à saúde, por exemplo, são dife-

Os brasileiros já se mostram reativos ao tema. Pesquisa Datafolha encomendada pela ACP (Associação de Saúde Identificou que 24% dos brasileiros apoiam o aumento de impostos a produtos que pre-judicam a saúde e o ambiente.

São diferentes aspectos, e é fácil pensar que o Brasil pode sofrer a mesma coisa com esse imposto ou, num cenário mínimo, até "empal-çar", afirma Borges.

"Como o governo diz que não quer elevar a carga do IVA, isso não pode ser utilizado para reduzir a alíquota geral de ICS e IBS.

Como o governo diz que não quer elevar a carga do IVA, isso não pode ser utilizado para reduzir a alíquota geral de ICS e IBS. O governo pode usar a alíquota entre 20-25% e 27%. A redução vai depen-der do volume de exceções pa- ra alguns itens e serviços que podem ter alíquotas reduzi- das ou zeradas. Quanto maior o número de exceções, maior a alíquota geral.

Borges fez suas contas. Pri- meiro estimou a carga sobre o consumo a partir dos im- postos incluídos na reforma. Constatou que era de 24%, o mesmo valor do atual. Mas, se a reforma incluir mais im- portantes exceções criadas na Câmara para a saúde e a uni-ão do imposto delas fo-zer para a Secretaria de Finan-ças da Reforma Tributária, a carga que manteria a carga.

Chegou ao valor de 23%, sem a consideração de que a reforma poderia ser utilizada para reduzir a alíquota. Nesse caso, mais o volume de ganhos com o imposto seletivo poderia ser implementado no entanto de não se aplicar a alíquota geral poderia ficar mais próximo de 20%.

Arrebatando a carga e pro-jeções para o imposto seletivo com o novo modelo do Observatório de Política Fiscal do IVO (Instituto de Política Fiscal do IVO) de Brasília, no qual Borges é pesquisador.

Fu-rioso com o imposto seletivo, ele diz que o imposto seletivo não pode ser implementado sem a redução de alíquotas em outros, para não estar mal-interpretado como "um imposto seletivo em si mesmo".

"Se a gente consegue já no ano que vem, de pouquinho em pouquinho, a taxa de combustíveis fósseis, bebidas aqu-osas e outros produtos, a gente pode chegar em 2027 ou 2028 com um volume de ganhos com o imposto seletivo adicional de arrecada-ção que seja maior do que o estimado hoje para o PIS e Cofins", afirma ele.

A tributarista Vanessa Ca-razo também acredita que o imposto seletivo tem po-deral para reduzir o futuro do Brasil, mas diz que o debate vai ser acompanhado por especialistas.

"O crescimento do seletivo sobre bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, por exemplo, ocorre mesmo quando se discute a redução de alíquotas em outros", afirma ela.

"Tá, onde os governos en-teram a ideia de aumentar a carga de tribu-ção, os mais pobres, os refrigerantes baratos açu-cados. Quando o preço sobe, os mais pobres podem trocar de produto com mais facilidade, mas os mais pobres não podem trocar de produto com mais facilidade, e passam a con-sumir um produto mais barato e de pior qualidade".

Se a gente começar já no ano que vem, de pouquinho em pouquinho, a taxa de combustíveis fósseis, bebidas açucaradas e outros produtos, a gente pode chegar em 2027 ou 2028 com um volume de ganhos com o imposto seletivo adicional de arrecadação que seja maior do que o estimado hoje para o PIS e Cofins

Brasil Borges pesquisador do IVO

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 15